



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 433/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10923/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Jutai.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Edimar Ribeiro Nonato, Presidente da Câmara Municipal de Jutai, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 080/2015 (fls.258/289).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3122/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 290/293).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Jutai. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Autorização para a Cobrança Executiva. Determinações ao Responsável, à atual Gestão da Câmara e à Próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Edimar Ribeiro Nonato**, na qualidade de presidente da Casa Legislativa do município em destaque, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:

9.2- Aplicar multa ao Sr. **Edimar Ribeiro Nonato**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Jutai, exercício de 2014, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica), em razão: 1) da afronta ao art. 42, da Lei Complementar n.º 101/2000; 2) da afronta ao art. 48, da Lei Complementar n.º 101/2000; e 3) da desatualização dos registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, em desacordo com o art. 94, da Lei Federal n.º 4.320/1964;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 433/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

9.5- Fazer as seguintes determinações ao responsável e à atual gestão da Câmara Municipal de Jutai, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:

9.5.1- Observem a correta instrução dos processos licitatórios, nos termos do art. 38, da Lei n.º 8.666/1993, dotando os respectivos registros da competição com os mapas comparativos, quando for o caso;

9.5.2- Publiquem, na forma do art. 16, da Lei n.º 8.666/1993, a relação de todas as compras feitas, inclusive no Portal da Transparência;

9.5.3- Observem com maior rigor as exigências legais para realização de dispensa de licitação, nos termos do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993;

9.5.4- Observe com maior rigor o prazo para envio do RGFIS estabelecido no art. 32, II, alínea h, da Lei n.º 2.423/1996 (redação dada pela Lei Complementar Estadual n.º 120/2013) c/c a Resolução n.º 24/2013-TCE;

9.5.5- Alimentem as informações funcionais dos servidores via SAP (Sistema de Atos de Pessoal) e toda legislação pertinentes à Câmara Municipal de Jutai (art. 8º, da Resolução n.º 16/2009-TCE);

9.5.6- Adotem as medidas necessárias à obtenção do valor relativo à Receita Corrente Líquida para correta elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal, alertando ao chefe do executivo que sua omissão ensejará penalização por parte desta Corte de Contas;

9.6- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Câmara Municipal de Jutai, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 433/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral